

Apresentação

Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
Agnaldo dos Santos
Rosângela de Lima Vieira

Como citar: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L. Apresentação. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L. (org.). **Economia e Sociedade:** o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 7-14.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p7-14>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

O presente livro é o resultado das discussões ocorridas no XIII Fórum de Análise de Conjuntura “Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global”. O Fórum tem sido uma das atividades mais tradicionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, evento anual voltado para a discussão de temas candentes da conjuntura política, social e econômica nacional e internacional. A crise do capitalismo global está longe de ser solucionada e não se reduz a crise econômica, como sugere a existência de um sentimento geral de descontentamento, expresso nos inúmeros movimentos sociais em diversas regiões do mundo. Em termos mais gerais, as questões do desemprego, do meio ambiente, da desigualdade social, do acesso a serviços públicos universais e de boa qualidade, do grau de autonomia dos Estados nacionais de levar a cabo políticas econômicas voltadas para o atendimento das demandas sociais e o crescimento sustentado ante aos interesses financeiros dominantes.

A crise atual é estrutural e não apenas uma crise cíclica. O padrão de acumulação de capital baseado no domínio da capital financeiro sob égide do neoliberalismo está em questão. A crise abre novas possibilidades de transformações estruturais para o capitalismo, como nas crises anteriores de grande envergadura. Contudo, ainda não há elementos que indiquem quais caminhos serão trilhados, ainda mais que vivemos um momento de grande insatisfação social.

Nesse contexto, a aparente decadência dos EUA encerra a possibilidade do capitalismo caminhar, como apontam inúmeros autores, para

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p7-14>

um mundo cada vez mais multipolar. Entretanto, como a história é um campo de possibilidades, não está descartada uma reafirmação da hegemonia norte-americana, o que dependerá, sobretudo, das respostas dadas à crise, das políticas de transformação da base energética, da capacidade da chamada nova economia reestruturar a economia norte-americana. Também dependerá da recomposição do sistema financeiro norte-americano como centro da valorização fictícia de capital, o que reafirmaria a dominância do dólar e do capital financeiro e a dinâmica da acumulação baseada em bolhas especulativas. Também não está descartada a possibilidade de uma transição do centro do capitalismo para a Ásia, apesar da China, o principal candidato a novo centro hegemônico, não ter condições, pelo menos no médio prazo, de assumir a liderança tecnológica, financeira, política, ideológica, cultural e militar. O modelo chinês não entusiasma as massas oprimidas do mundo e nem responde a crise ecológica, um dos problemas fulcrais para a humanidade.

Este quadro de crise estrutural do capitalismo coloca novos desafios para os países latino-americanos. Dessa forma, o presente livro busca ser uma contribuição para o debate dos impactos da crise global no Brasil e nos demais países da América Latina. O eixo central da discussão foi a crescente dificuldade da estratégia de desenvolvimento levada a cabo desde o governo Lula e continuada pelo governo Dilma de flexibilizar as políticas macroeconômicas neoliberais adotadas por FHC e adotar políticas de distribuição da renda, muitas delas de caráter focalizado, como sugerem o FMI e o Banco Mundial. Acerca desse ponto, as reflexões giraram em torno dos limites da política de crescimento baseada, sobretudo, na ampliação do consumo, evidenciados pelos movimentos sociais recentes. Movimentos heterogêneos e multideterminados que lutam pela ampliação da democracia e de direitos básicos na saúde, na educação e na chamada mobilidade urbana, que denotam o esgarçamento das formas de vida, de fazer política e de organização econômica na contra mão do neoliberalismo.

Outros temas tratados no evento e contemplados nos artigos aqui apresentados foram os seguintes: a análise dos movimentos sociais na América Latina além do Brasil, em especial os conflitos sociais na Colômbia; o papel das inovações tecnológicas e a importância do acesso às informações como elementos da estratégia de enfrentamento da inserção subordinada

da região na economia mundial, em um contexto cada vez mais competitivo; os impactos da mundialização do capital na educação da América Latina; além da discussão de abordagens teóricas sobre análise de conjuntura.

O livro está composto por 15 capítulos. Os primeiros três capítulos, escritos por Lincoln Secco, Giovanni A. P. Alves e Marcelo Fernandes de Oliveira, discutem a conjuntura política brasileira. Lincoln faz uma discussão da crise do neoliberalismo e discute seus impactos na América Latina, sobretudo a partir da eleição de governos de centro-esquerda na região. Discute as bases sociais desses governos e os aspectos políticos e sociais do processo histórico de industrialização tardia que resultou na situação atual. Defende que esses governos de ampla base popular seriam uma espécie de cesarismo e indaga se neste contexto os partidos políticos não teriam se esgotado. Giovanni Alves busca situar o Brasil no contexto da crise internacional e discutir as políticas neodesenvolvimentistas, as quais advoga serem políticas engendradas na crise do modelo neoliberal, no final dos anos 1990. Mesmo que procure resgatar o trabalhador da enorme dívida social brasileira, o crescimento econômico gerado pelo novo desenvolvimentismo – que de acordo com o autor é outra face do bloco hegemônico burguês no país – estaria encontrando seus limites, ante à estrutura de um capitalismo dependente, hipertardiado (de via prussiana) e de extração colonial-escravagista. Marcelo Fernandes discute o chamado “*Lulismo*” como estratégia de emergência, acomodação e manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder. Nesse processo o referido partido, que contaria com ampla base social e econômica de apoio teria se adaptado ao *modus operandis* do Estado brasileiro e dado continuidade a política econômica neoliberal do governo FHC. Dessa forma, um processo de modernização conservadora do Brasil, segundo o autor, que favoreceu de um lado a elite econômica e política do país, e de outro, através da concessão de programas sociais de renda básica, valorização do salário mínimo e expansão do crédito, que junto com o maior crescimento da economia e do emprego, possibilitou também angariar amplo apoio junto às classes populares. Esse projeto permitiu a reeleição de Luis Inácio “Lula” da Silva em 2006 e a eleição de sua sucessora, Dilma Roussef, em 2010. No entanto, segundo Marcelo Fernandes, a manutenção do Lulismo está sob ameaça, em função do baixo crescimento econômico dos últimos anos, mas devido

principalmente ao esgotamento e dos limites do seu projeto econômico e neoliberal e a incapacidade da presidenta Dilma em formular um novo pacto com novas bases que possibilitasse engendrar um novo processo de desenvolvimento econômico e social.

Em seguida o livro traz um conjunto de artigos sobre os movimentos sociais recentes no Brasil e na América Latina. O capítulo apresentado por Jair Pinheiro consiste em uma discussão teórica sobre o Estado, os movimentos sociais e as relações entre ambos. Os movimentos sociais que irromperam na cena política brasileira a partir de junho de 2013 inspiram sua reflexão, que tem como referencial o materialismo histórico. Problematisa a tese segundo a qual a presença dos movimentos sociais nas ruas significaria um avanço da democracia. Os limites dessa proposição são estruturais e derivam da própria natureza do Estado, que em última instância é a expressão da relação básica de produção da sociedade capitalista. Mas isso não impediria a conquista de maiores direitos sociais dependendo da correlação de forças presentes na sociedade. Na democracia liberal, limitada à concorrência nas eleições, observa-se uma redução dos direitos sociais. Daí a importância dos movimentos colocarem na pauta política a ampliação de direitos. Mirian L. Simonetti centra sua análise na evolução do movimento dos sem-terra nos últimos dez anos e na política estatal em relação à reforma agrária. Traça um quadro bastante negativo sobre as políticas de reforma agrária implantadas pelos governos Lula da Silva (2002-2010) e enfatiza o avanço do agronegócio em detrimento dos trabalhadores e camponeses e suas consequências sociais e ambientais. A autora mostra que as políticas vinculadas à reforma agrária no período se igualaram às políticas de reforma agrária desde 1985, ou seja, foram muito tímidas e com o objetivo de atenuar os conflitos sociais no campo, mas muito distantes de uma mudança estrutural profunda no campo, que tivesse como projeto uma democratização real da terra no Brasil. Pelo contrário, a opção foi por uma reforma agrária conservadora e a formulação de políticas que privilegiaram os interesses do empresariado rural ligado ao agronegócio. Complementando este bloco, o capítulo de Arlete M. Rodrigues aborda os movimentos sociais urbanos que lutam para obter o direito a cidade em suas várias dimensões. Para a autora, tais movimentos compreendem (a partir do conceito de “Direito à Cidade”, de Lefebvre) que a cidade é uma

produção coletiva e que deveria, portanto, ser apropriada pela maioria. A cidade aparece para esses movimentos como valor de uso e a riqueza produzida por todos deve ser apropriada coletivamente. A partir dessa ótica a pesquisadora analisa os movimentos sociais recentes no Brasil.

William Ortiz Gimenez analisa o conflito armado na Colômbia e sua expansão fronteiriça durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2006). O autor mostra que a elite do país, ao optar pela internacionalização do conflito armado e solicitar a intervenção dos Estados Unidos, tem implicado em uma redução da autonomia da Colômbia para fazer frente à crise interna e obstaculizado o avanço para uma integração andina, em função dos conflitos com os países vizinhos. Além de aumentar a sua dependência econômica e financeira em relação aos Estados Unidos, as políticas internas de combate à guerrilha e ao narcotráfico se subordinaram à política exterior americana de guerra global contra o terrorismo na atual etapa da globalização. Os resultados do Plano Colômbia e Segurança Democrática, implantados nesse período e que contaram com financiamento americano, tiveram resultados ambíguos e pouco convincentes, mas dados os profundos interesses dos Estados Unidos na região, é pouco provável o fim da intervenção americana, a não ser, segundo o autor, que a Colômbia aproveite a nova conjuntura internacional para assumir uma mudança estrutural em sua estratégia de política exterior. O texto de Gerardo Durango Alvarez busca analisar a questão dos direitos humanos e como isso tem sido tratado pela Corte Penal Interamericana de Direitos Humanos. Para o referido autor, o respeito aos direitos humanos foi incorporado nas constituições dos países latino-americanos e foi ratificado por tratados internacionais, mas nem sempre estes direitos são respeitados, o que leva as minorias a recorrerem às cortes internacionais para defenderem seus direitos. No capítulo, o autor faz uma discussão detalhada da legislação sobre o assunto. Gerardo analisa vários casos de desrespeito aos direitos humanos, em particular os de movimentos indígenas e das mulheres, e como estes casos foram encaminhados pela Corte Interamericana.

Os três capítulos seguintes tratam de temas diversos abordados no evento, mas que de enorme atualidade e centrais para entendermos a conjuntura da América latina. O capítulo de Noêmia Ramos Vieira aborda os impactos da crise do capitalismo na educação na América Latina. A au-

tora discute os conseqüências do processo de mundialização da economia e da revolução tecnológica ocorrida no mundo nos últimos anos nos países latino-americanos, que levaram a maioria desses países a se reestruturarem visando maior competitividade. Este processo os levou, entre outros aspectos, a implantar reformas na educação, com o objetivo de subordiná-la as necessidades do mercado, deixando em segundo plano uma educação mais crítica. E mesmo onde a legislação aponta para a formação crítica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, as práticas administrativas conduzem à formação de indivíduos capazes de aprender “qualquer coisa”, desde que sejam condizentes com uma melhor inserção no mercado de trabalho. O texto “A elaboração de políticas públicas para a educação básica e a avaliação do Ensino Médio: análise preliminar de um processo em curso” de Silvia Aparecida de Sousa Fernandes traz uma interessante discussão sobre a conjuntura educacional brasileira. A autora apresenta pesquisa em andamento na qual analisa as políticas públicas e de avaliação externa da educação no Brasil, destacando alguns elementos do modelo implantado e suas implicações sobre o currículo no estado de São Paulo. O artigo expõe o contexto histórico neoliberal que norteou as atuais políticas educacionais, cujas características autoritárias são observáveis, sobretudo, na desconsideração do professor como sujeito do processo educacional. Isto se reflete, por exemplo, no elenco de conteúdos compulsórios – os quais no caso do ensino de geografia podem conduzir à ausência de conhecimentos regionais e ou locais o que seria deplorável, certamente, para esta área do conhecimento e para as novas gerações a serem escolarizadas.

Na seqüência Gabriel Balbo e Agnaldo dos Santos discutem criticamente o desenvolvimento tecnológico. Balbo aborda o papel da informática na sociedade, em especial analisa o seu papel em um ambiente social cada vez mais competitivo. Neste contexto, o acesso às informações torna-se uma variável fundamental tanto para a definição de estratégias comerciais e políticas de empresas e governos quanto instrumento de mobilização social. Por meio da Inteligência Competitiva (IC), processo de coleta, análise e disseminação de informações visando tomadas de decisão, o pesquisador da Universidade de La Plata indica como ferramentas disponíveis na internet, como o agregador de notícias Rich Site Summary (RSS) e o Twitter podem ser utilizados no processo de IC. Agnaldo dos Santos,

após traçar um amplo quadro da problemática do desenvolvimento tecnológico no capitalismo global nesta fase atual de crise, aborda as políticas tecnológicas dos governos Lula e Dilma, procurando enfatizar os avanços e os obstáculos enfrentados nessa área, sobretudo para um país dependente e subordinado como o Brasil, que tem que enfrentar as grandes corporações e os países desenvolvidos que monopolizam o setor. Procura indicar como a unanimidade discursiva acerca da necessidade de inovar, por parte das empresas, não corresponde à sua prática, muita em função da própria estrutura produtiva no Brasil, centrada no setor primo-exportador (de baixa e média tecnologia). As propostas de políticas públicas para essa área esbarram neste quadro consolidado da Divisão Internacional do Trabalho, que mesmo não sendo perene apresenta inúmeros desafios ao país.

Fechando a coletânea, os artigos seguintes analisam a conjuntura econômica brasileira. José Marangoni Camargo apresenta um minucioso quadro dos impactos da crise na economia brasileira. O Brasil teve ao longo dos anos 2000 uma expansão econômica superior ao das duas décadas anteriores, com reflexos sobre o mercado de trabalho e a renda. Observou-se uma melhoria nas condições de trabalho, com declínio do desemprego e da informalidade, assim como uma melhoria discreta da distribuição de renda nesse período. Por outro lado, há indicadores preocupantes, agudizados pela crise econômica mundial. A partir da discussão de uma série de variáveis, o autor mostra que há fortes indícios de desindustrialização. Há uma tendência de declínio acentuado do setor industrial do país, com perda de competitividade do setor, particularmente dos ramos mais intensivos em tecnologia e com maior valor agregado, com uma balança comercial da indústria de transformação crescentemente deficitária e do reforço da inserção do Brasil na economia mundial como exportador de commodities e de produtos manufaturados de baixo conteúdo tecnológico. Francisco Luiz Corsi discute as razões do baixo crescimento econômico do governo Dilma e em que medida esse baixo desempenho poderia impor limites ao “Lulismo”. O cerne da análise consiste em mostrar que a política econômica encerra uma contradição, pois, de um lado, buscou implantar um modelo de desenvolvimento calcado no mercado interno, cujo maior propulsor reside no aumento do consumo, e, de outro, manteve os pilares da política neoliberal (metas de

inflação, superávit primário, juros elevados e moeda apreciada), que inibe os investimentos e permite o vazamento de parte considerável da demanda para o mercado internacional. Contradição não evidente durante o período de expansão do ciclo da economia mundial, mas que aflorou com o prolongamento da crise e que tem levado a economia brasileira a um desempenho bastante modesto. Marcos Cordeiro Pires discute a postura da grande imprensa em relação à política econômica da Presidenta Dilma Roussef, procurando mostrar que a imprensa está alinhada aos interesses do capital financeiro. A defesa da política de juros altos, de elevados superávits fiscais, de câmbio valorizado e metas de inflação teria por objetivo garantir a valorização do capital a juros. O autor discute ponto por ponto as críticas da grande imprensa e mostra que não vivemos um crise inflacionária, que a trajetória da dívida pública é declinante, que não há descontrole fiscal, que a taxa de juros baixa é importante para o crescimento da economia e que é de grande importância uma maior ação estatal na economia, sobretudo em um momento de crise. Também destaca avanços no campo social (melhora na distribuição da renda, aumentos reais no salário mínimo, queda do desemprego, aumento dos gastos com a educação etc.).

Acreditamos que o conjunto dos artigos apresenta uma abordagem panorâmica dos problemas enfrentados pelo Brasil e pela América Latina como um todo e suas perspectivas de resolução ante o quadro geral de crise do capitalismo global, pelo menos desde 2008.

Boa leitura!

Os organizadores